

eleições@candidatos.com

mo ferramenta para conquistar o voto

para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.

Ao contrário da eleição presidencial norte-americana do ano passado, que é tida como um exemplo de uso da internet, a lei brasileira proíbe que políticos comprem pacotes de mailing, por isso as mensagens só podem ser enviadas, caso o eleitor tenha autorizado o recebimento.

Os blogs e redes sociais também estão no foco da Lei. Nesse caso, só é liberada a produção de conteúdo quando ele for gerado ou editado pelos candidatos, partidos ou coligações, ou de iniciativa de pessoas físicas.

Mesmo que a liberdade de expressão seja um direito garantido pela Constituição, a resolução 23.191 de 2009 determinou que o anonimato na internet está proibido. Segundo prevê a matéria, “é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores – internet”. Quem descumprir a lei, precisará dar o direito de resposta ao político e corre o risco ainda de pagar uma multa que vai de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil.

Ainda na blogosfera, durante o período de pré-campanha, o TSE chegou a julgar um pedido de multa a Google Brasil Internet e ao blogueiro José Aguiar Duarte feito pelo Ministério Público Eleitoral. O órgão queria ainda que o blog de Duarte fosse retirado do ar, bem como todo o

conteúdo informativo da página.

Na época, o MPE alegava que o blog colocava um link para a chamada “Comunidade oficial dos amigos da presidente Dilma” com o objetivo de divulgar a campanha eleitoral. Também, a página apresentava matérias favoráveis ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o que caracterizaria propaganda eleitoral antecipada.

O blogueiro invocou o direito constitucional de liberdade de informação e o Google informou que “não exerce controle preventivo ou monitoramento sobre o conteúdo das páginas pessoais criadas pelos usuários”, salientando que os autores dos blogs têm total controle sobre o conteúdo do que é publicado, com a opção de escolher quem pode ler ou escrever na página e quais postagens poderão ser comentadas.

Outra opção liberada para a internet nas eleições deste ano são as doações de recursos para as campanhas. Dos três presidentes eleitos mais bem colocados nas pesquisas, o site de Dilma Rousseff (PT) organizou as doações com limite mínimo de R\$ 13 com pagamento via cartão de crédito. José Serra (PSDB) ainda não disponibiliza a ferramenta em sua página e Marina Silva (PV) limita os valores em R\$ 5, R\$ 50 ou R\$ 100.

Ao menos quando o assunto é dinheiro para o financiamento de campanhas, a internet está longe de ser sucesso.

Mesmo com internet, o que falta é consciência política

Baln. Camboriú – Mesmo com todo o otimismo de assessores, políticos e eleitores, a internet está longe de ter importância na decisão do eleitor. Essa é a avaliação que o professor especializado em Sociologia Política, Eduardo Guerini, faz sobre o uso da ferramenta nessas eleições. Na entrevista a seguir, o economista comenta aspectos sobre a relação estabelecida com a rede entre eleitorado e candidatos.



MAURÍCIO DALEFFE/
JORNAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Diário da Cidade – Professor, como o senhor vê a questão da utilidade da internet para os candidatos e eleitores?

Eduardo Guerini – O uso das mídias nas eleições têm sido majoritário nas duas últimas eleições principalmente. E as chamadas redes de relacionamento acabam sendo usadas como um mecanismo de informação dos candidatos, até porque boa parcela dos formadores de opinião fazem uso dessas redes. Com a universalização da internet e a falta de acesso aos meios de comunicações tradicionais como jornais e revistas, isso auxiliou os candidatos e ao mesmo tempo potencializou a divulgação das ações de campanha imediatamente, mostrando como a campanha vem sendo desenhada.

Em síntese, a internet tem servido a partir da eleição de Barack Obama como um instrumento que pode decidir eleições em alguns casos, mas no contexto brasileiro isso é ainda muito restrito. No caso americano, ela teve um papel fundamental.

Diário da Cidade – Entre os eleitores mais jovens, a internet acaba sendo uma boa fonte de informação?

Eduardo Guerini – Eu diria que o eleitorado mais jovem vai ter mais acesso às eleições, mas isso também não vai construir uma consciência política, até porque exige um conhecimento prévio, uma participação mais efetiva. O que a gente vê é que os candidatos estão dando força à essa relação com a internet, até porque o eleitorado mais jovem está muito reticente e alienado no processo político e, inclu-

“A internet tem servido, a partir da eleição de Barack Obama, como um instrumento que pode decidir eleições em alguns casos, mas no contexto brasileiro isso é ainda muito restrito”

sive, a falta de consciência é resultado desse afastamento dos jovens. O jovem não tem acessos aos partidos políticos e muito menos participa das decisões nos partidos políticos. E os movimentos sociais que estão vinculados à juventude também perderam força nos últimos tempos. Nós temos uma construção de meios virtuais que não é o campo real. Eu diria que a chamada second life, ou o mundo virtual, não é o mundo real e o jovem utiliza isso hoje com bastante ênfase, mas, na prática, ele vai ter que decidir sobre o mundo real sem contar com o mundo virtual.

É inegável que a participação dos jovens vá aumentar no sentido de eles tomarem decisões ou verificarem as candidaturas e as propostas dos candidatos, mas isso também não tem sido um instrumento muito forte no caso brasileiro, porque ainda falta uma efetiva participação dos grupos sociais no processo político.

Diário da Cidade – O senhor vê, no futuro, um crescimento da responsabilidade da internet como um instrumento de informação de mais eleitores?

Eduardo Guerini – Eu diria que a internet ainda que seja popular para a classe média e para uma elite que governa, ela já tem capacidade. Mas a maioria da população não tem acesso ao mínimo necessário para viver, e, inclusive à informação, seja pelos meios tradicionais ou pelo meio virtual. Do ponto de vista geral, somente a partir da satisfação de necessidades básicas é que você vai ter outras necessidades. Eu diria que o acesso da informação ainda se restringe

à uma parcela ínfima da população, enquanto outra parcela ainda luta para sobreviver. A desigualdade que o Brasil tem hoje ainda impede a participação efetiva do eleitor e da decisão com autonomia e liberdade para entender o processo. Um exemplo disso é que justamente onde o eleitorado tem maior autonomia, menor é a capacidade você manter governantes e ter mais alternância de poder. A democracia pressupõe primeiro: um mínimo para existir para depois você ter capacidade de participação efetiva.

De maneira geral, eu diria que nós temos ainda um longo caminho para percorrer no sentido da universalização de direitos.

Diário da Cidade – Com relação aos comitês de campanha, o TSE liberou a doação de recursos via internet, o que foi uma grande novidade também na eleição de Obama. No Brasil, as doações não demonstram ter sucesso. Alguns candidatos não esperam arrecadar algum valor online. O senhor considera esse fracasso um prejuízo ao processo eleitoral?

Eduardo Guerini – É que o processo político brasileiro é lastreado em uma capacidade de negar ou sonegar informações. As eleições são financiadas por grupos que têm interesse em tomar o estado para manter os seus interesses. Os grupos econômicos ao financiar candidato x ou y, eles acabam avalizando determinada candidatura, mas exigindo uma nota promissória. No caso brasileiro, essa nota tem sido a prestação de serviços que são superfaturados, a indicação de apadrinhados e

militanes que servem como um mecanismo de recuperação desse, vamos dizer assim, investimento que pode ser a fundo perdido. O que está acontecendo no Brasil é uma corrupção do processo político, porque a maior parcela dos recursos passa pelo Estado brasileiro e os representantes políticos quando vão à eleição, eles sabem que vão ser financiados por determinadas facções de grupos econômicos que detêm o poder político. Nós temos uma degeneração do processo político e ao mesmo tempo uma forte tendência à corrupção da democracia. Eu diria que a democracia à moda brasileira é uma democracia degenerada, porque a maior parcela da população não tem acesso à essa informação de que o financiamento não é público e que o processo de decisão para que um candidato seja lançado em determinado partido sempre é um processo vinculado à capacidade de financiamento que ele vai ter e à capacidade de devolver esse financiamento.

As doações de pequena amostra tentam, na verdade, jogar uma cortina de fumaça diante do que já é visível para todos os brasileiros que é o Caixa Dois. A campanha eleitoral é feita com dinheiro ilícito e depois é uma questão de lavar esse dinheiro.

A parcela da população que vai doar online, ela vai ser uma parcela refém de um processo que já está decidido. Isso é um escândalo que o TSE permite por conta da inexistência de uma reforma política que trate com seriedade aquilo que se chama de financiamento público da campanha em igualdade de condições à todos os candidatos.

